

# Já está aí o futuro que Simonsen teme

JORNAL DA TARDE

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen foi muito generoso com o governo da Nova República no artigo que fez para o jornal O Globo de domingo e que reproduzimos em nossa edição de ontem. Talvez por excesso de "diplomacia", ele dirigiu apenas à "Comissão de Notáveis" encarregada de escrever um anteprojeto de Constituição para o Brasil todas as críticas que mereceriam ouvir o próprio presidente da República e seu ministro da Fazenda, que, concretamente, estão aplicando atualmente no Brasil a maioria das delirantes propostas incluídas no projeto dos "notáveis", que o ex-ministro qualifica de "um verdadeiro tratado de antieconomia... baseado num socialismo romântico de inspiração prêmoxista... que se resume a uma reliquia do pensamento anacrônico".

21 OUT 1986

Aliás, a constatação de que muito do que anacronicamente propuseram em seu projeto para a Constituição futura os homens que integraram a referida comis-

são já está sendo aplicado pelos governantes de hoje à revelia do que manda a Constituição atual, é uma prova conclusiva de que, num país tão desprovido de instituições sólidas como o Brasil, muito pouco de concreto se deve esperar da Constituinte que nossos políticos profissionais anunciam como "decisiva para a história nacional". Ainda mais se, como se prevê tanto pelo projeto anunciado pelos "notáveis", como pelo que prometem em suas campanhas os candidatos à Constituinte, a sua preocupação primordial for não a de limitar os poderes, hoje ilimitados, do Executivo e de todos os que vivem à sombra do Estado, mas sim a de aplainar-lhes o caminho para que continuem fazendo o que hoje já fazem à revelia da lei máxima da Nação, com respaldo na futura lei máxima da Nação.

Mas passemos ao que diz o sr. Simonsen, para que o leitor compreenda melhor o que estamos querendo demonstrar. O próprio ex-ministro começa seu artigo pela mesma afirmação que fazemos: "Se uma Constituição pudesse operar o milagre da multiplicação dos pães", diz ele, "não haveria pobreza na superfície da Terra. Qualquer país, a começar pela Etiópia e Bangladesh, já teria importado uma comissão de 'notáveis' para elaborar um projeto de Carta Magna que seria imediatamente sancionado por uma Constituinte capaz de transformar a escassez em abundância". A seguir ele tece pertinentes considerações sobre o engano fundamental daquele grupo que se encarregou do nosso projeto de milagre da multiplicação dos pães, que foi o de confundir os fins que o seu espírito humanitário colocou em seus cérebros, na forma de desejos a serem atingidos (a erradicação da miséria e o fim das desigualdades sociais), com os meios com os quais atingir estes fins, que assim, subvertidos, acabaram se invertendo em 180 graus, constituindo "um verdadeiro tratado de antieconomia".

"Qualquer principiante de economia", continua o ex-ministro, ou qualquer pessoa de bom senso, acrescentaríamos nós, "sabe que a prosperidade só se conquista com o trabalho e a acumulação de capital. Esta última ou se consegue pela renúncia ao consumo via poupança ou pela importação de poupanças do Exterior. Mais ainda, trabalho e capital precisam ser associados com inteligência, e esta é a função do progresso tecnológico na conquista da prosperidade". Posta a premissa, pergunta: "Mas que faz o anteprojeto dos notáveis? Primeiro limita o trabalho a 40 horas semanais, além de ampliar o direito de greve. Segundo, inclui entre os direitos individuais o de consumir amplamente, sem nenhum incentivo à poupança. Terceiro, afugenta os capitais estrangeiros, expulsando os bancos, companhias de seguro e de mineração, e deixando aos planos de desenvolvimento aprovados pelo Congresso Nacional o encargo de extrair quem mais lhe aprovar, ficando implícito que as primeiras vítimas dessa extração serão as empresas que se dedicam à tecnologia de ponta".

Sua conclusão: "Se um projeto como esse fosse aprovado, é possível que a sociedade brasileira se tornasse menos desigual, em parte porque os mais ricos emigrariam, em parte porque a classe média se proletarizaria. Apenas os pobres ficariam mais pobres".

Ora, o que acontece, como dissemos no início do comentário, é que estas sandices todas — e as consequências que delas se devem esperar — não são apenas coisas a serem temidas num futuro próximo, se o projeto dos notáveis for aprovado. A maior parte delas já está acontecendo, ainda que a Constituição atualmente em vigor não o permita, tratando-se, na verdade, de algumas das "pedras de toque" da política econômica do primeiro governo da Nova República.

Os candidatos do PMDB à Assembléia Constituinte, pelo menos em São Paulo, são a favor da redução das horas de trabalho, como é também o ministro do Trabalho de Sarney. Quanto à falta de incentivo à poupança e quanto ao incentivo, explícito ou não, ao consumo desenfreado, têm sido a própria essência do chamado Plano Cruzado, o que vai criando pressões tais na equação econômica brasileira que uma próxima explosão é esperada por todos, brasileiros ou não. É isso que tem implicado, em contrapartida, nos repetidos fracassos que o sr. Dílson Funaro tem colhido nas mais importantes praças financeiras do mundo em suas tentativas de "importar poupanças do Exterior" para suprir as que sua política tornou inexistentes no Brasil. Quanto à "função do progresso tecnológico na conquista da prosperidade" a que se refere o sr. Simonsen, não compreendê-lo tem sido um dos erros básicos que este governo tem cometido. Não é preciso esperar que a Constituição o consagre. Todos os efeitos nocivos da política xenófoba e reacionária que o governo da Nova República pratica atualmente neste setor, tentando isolar o País do resto do mundo tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista tecnológico, já estão sendo duramente sentidos por todos os setores da economia brasileira que dependem da alta tecnologia para progredir e trabalhar, e também pelos que nem sabem da existência da alta tecnologia. Esta política econômica e tecnológica "robinson crusoésiana" que propõem os senhores da comissão dos notáveis já está sendo praticada hoje, e já está, concretamente, "afugentando os capitais estrangeiros". Além disso, já se fala muito mais do que seria prudente, principalmente nos mais altos círculos do poder, em expulsar as empresas estrangeiras de serviços (bancos, seguros etc.), e, enquanto isso não acontece, o governo vai pondo barreiras tais à frente das que ainda continuam operando aqui que elas já estão saindo por conta própria. Quanto às empresas que se dedicam à tecnologia de ponta (informática, química fina etc.), nossos leitores estão bem a par das perseguições que têm sofrido e das consequências disso para o País e para as próprias empresas nacionais do ramo. Finalmente, o vaticínio do sr. Simonsen sobre a emigração dos ricos e a proletarianização da classe média ainda não se cumpriu apenas em parte. Se consultasse o procurador geral da República, sr. Saulo Ramos, recentemente retornado da Suíça, o presidente Sarney poderia ter uma boa idéia sobre em que ponto andam as "emigrações ilegais" do dinheiro dos mais ricos para lá, às quais se seguirão, caso o governo se decida a continuar praticando este tipo de política, os ricos em pessoa, como prevê o sr. Simonsen. Quanto à proletarianização da classe média (à força de sucessivos pacotes "sociais", de "empréstimos compulsórios" e de outros expedientes do gênero), nem é preciso mencioná-la para quem vive atualmente no Brasil...

Quanto a todas as demais considerações do sr. Simonsen sobre o anacronismo das idéias que estão por trás das políticas dessa Nova República e sobre a bobagem que se esconde por trás das sucessivas campanhas que este governo deflagra contra os "especuladores" e outros "bois expiatórios", acreditamos que ele esteja, novamente, pecando por excesso de diplomacia ou de boa fé. Em nossa opinião, muitos dos que, neste governo, as defendem, estão concretamente conspirando para implantar aqui o sistema de que estão tentando se livrar os socialistas europeus, os comunistas chineses e até o líder soviético, Gorbatchov. Outra boa parte deles está apenas usando essas teses com o fim de alavancá-los para a conquista de fatias maiores de poder ou para preservar o poder que já conquistaram. Mas muito poucos estão realmente enganados e acreditam no que estão dizendo. Assim, entrar no mérito de questões tão óbvias parece-nos pura perda de tempo.